



MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais. A MAPFRE Previdência S.A. encerrou o exercício de 2016 com R\$ 79,0 milhões de prêmios emitidos líquidos e com rendas de contribuições no montante de R\$ 322,7 milhões.

O resultado do exercício de 2016, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R\$ 4,9 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 2,0 milhões. As provisões técnicas de seguros e previdência complementar encerraram o exercício com o saldo de R\$ 3,4 bilhões (R\$ 2,9 bilhões em 2015). Os ativos totais somaram R\$ 3,6 bilhões (R\$ 3,1 bilhões em 2015). Em atenção ao disposto no Circular SUSEP nº 521/15, a MAPFRE Previdência S.A., declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

A Administração prevê para o próximo exercício a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Previdência, promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante		3.141.107	2.826.392
Disponível		5.817	711
Caixa e bancos		5.817	711
Aplicações	5	3.259.600	2.794.431
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	299
Operações com resseguradoras		-	299
Outros créditos operacionais	6	2.422	1.047
Créditos das operações com previdência complementar		885	1.066
Valores a receber		366	347
Operações com repasses - Resseguradoras		519	719
Títulos e créditos a receber		8.910	5.610
Títulos e créditos a receber	7	5.297	2.651
Créditos tributários e previdenciários	8	2.040	1.836
Depósitos judiciais e fiscais		806	639
Outros créditos		767	484
Outros valores e bens		42	39
Outros valores		42	39
Despesas antecipadas		17	15
Custos de aquisição diferidos	15	36.414	23.174
Seguros		23.055	13.634
Previdência		13.359	9.540
Ativo não circulante		274.579	224.914
Realizável a longo prazo		272.772	222.842
Aplicações	5	255.514	209.633
Títulos e créditos a receber		17.258	13.209
Títulos e créditos a receber	7	16.778	12.882
Créditos tributários e previdenciários	8	480	327
Investimento	9	214	202
Participações societárias	9	214	202
Imobilizado	10a	781	576
Bens móveis		713	576
Outras imobilizações		68	-
Intangível	10b	812	1.294
Outros intangíveis		812	1.294
Total do ativo		3.588.686	3.051.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		1.511.158	1.173.254
Contas a pagar		11.432	14.015
Obrigações a pagar	11	4.957	8.447
Impostos e encargos sociais a recolher		4.665	4.101
Encargos trabalhistas		1.492	1.271
Impostos e contribuições	12	221	100
Outras contas a pagar		97	96
Débitos de operações com seguros e resseguros	13	2.520	2.049
Operações com resseguradoras		1.031	974
Corretores de seguros e resseguros		199	620
Outros débitos operacionais		1.290	455
Débitos de operações com previdência complementar	14	13.878	390
Contribuições a restituir		377	66
Outros débitos operacionais		13.501	324
Depósitos de terceiros		-	545
Provisões técnicas - seguros	15	1.418.403	1.085.751
Danos - DPVAT		69.362	47.960
Vida com cobertura por sobrevivência		1.349.041	1.037.791
Provisões técnicas - previdência complementar	15	64.909	70.350
Planos não bloqueados		32.167	31.554
PGBL		32.742	38.796
Outros débitos		17	154
Provisões judiciais		17	154
Não circulante		1.980.472	1.782.501
Contas a pagar	18	667	1.090
Tributos diferidos		667	1.090
Provisões técnicas - seguros	15	86.839	86.574
Vida com cobertura por sobrevivência		86.839	86.574
Provisões técnicas - previdência complementar	15	1.892.966	1.694.837
Planos não bloqueados		171.716	162.987
PGBL		1.721.250	1.531.850
Patrimônio líquido		97.055	95.551
Capital social	19	81.273	81.273
Reserva de lucros		6.782	4.278
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.588.686	3.051.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

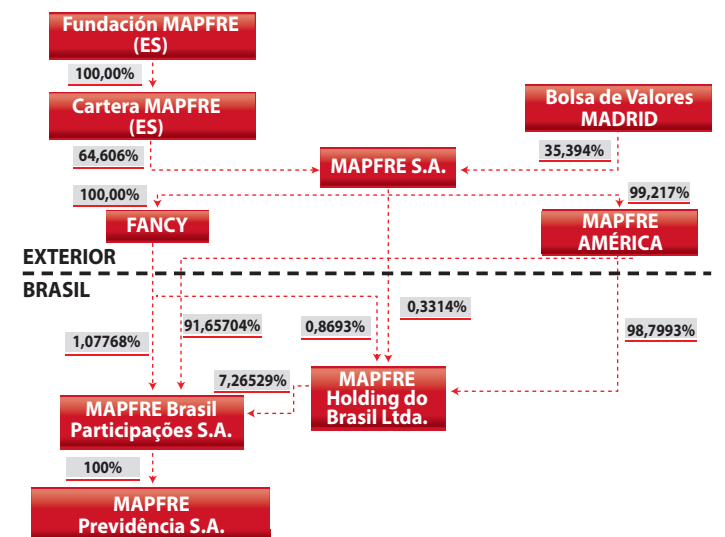
Saldo em 31 de dezembro de 2014	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)		
63.218	-	18.055	730	77.513
18.055	(18.055)	-	-	18.055
-	-	-	-	-
81.273	-	-	(36)	36
-	-	13.583	694	95.550
-	-	-	2.007	2.007
-	-	-	100	(100)
-	-	1.405	(502)	(502)
81.273	-	14.988	794	97.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas no Brasil e no Exterior, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação
Em consonância à Circular SUSEP nº 521/15, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017.

b) Base para mensuração e moeda funcional
As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

c) Uso de estimativas e julgamento
A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com os instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa, bancos e equivalentes de caixa
Inclui caixa e saldos em conta movimento utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

b) Aplicações e instrumentos financeiros
A Seguradora classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) Empréstimos e recebíveis e, a classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. (ii) Ativos mantidos até o vencimento São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. (iii) Ativos disponíveis para venda Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. (iv) Empréstimos e recebíveis São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c) Classificação dos contratos de seguros
O processo de classificação dos contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

d) Redução ao valor recuperável
(i) Ativos financeiros Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) Ativos disponíveis para venda Perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor

recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(ii) Ativos não financeiros
Ativos sujeitos a depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

e) Investimentos
O preço de investimento mantido na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

f) Imobilizado
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

g) Ativos intangíveis
Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h) Provisões técnicas
Seguros de danos, vida individual e dotal misto. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

i) Provisões técnicas
Seguros de danos, vida individual e dotal misto. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

j) Mensuração dos contratos de seguros
Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

k) Teste de adequação dos passivos - TAP
Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e Circular SUSEP nº 321/15 e 521/15, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

l) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros
Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado quando os custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

m) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros
Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado quando os custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

n) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros
Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado quando os custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

o) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros
Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado quando os custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

p) Benefícios aos empregados
Obrigações de curto prazo As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Obrigações de aposentadorias A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. Outros benefícios de curto prazo Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

q) Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor justo por meio do resultado (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. O processo de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerando-se a base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de estenper passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

s) Participações nos lucros
A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

Risco de subscrição;
Risco de seguro;
Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado; e
Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

O processo de identificação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance) são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê de Auditoria:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade, utilizando-o com o objetivo de adicionar atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. **Comitê de Auditoria:** órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de estratégia financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil:** objetivando que a estrutura de governança seja mais eficaz e ágil, a única sede o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuando em controle interno e compliance, bem como ser analisados e avaliados por este comitê.

Comitê de Riscos Compliance: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Notas	2016	2015
(+) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	20g	322.719	327.080
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(322.180)	(322.180)	(325.737)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		539	1.343
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		1.253	2.014
(++) Variação de outras provisões técnicas		(851)	(87)
(-) Custos de aquisição	20c	(3.126)	(3.458)
(-) Outras receitas e (despesas) operacionais	20d	(